

Mudança estrutural do emprego na Bahia: dinâmica econômica e transformações produtivas recentes

Structural change of employment in Bahia: economic dynamics and recent productive transformations

José Firmino de Sousa Filho¹

Kécia Cristina Miranda²

Edna Silva Fonseca³

Fernanda Oliveira Caires e Caires⁴

Resumo: Este artigo busca discutir a evolução da participação do trabalho na economia baiana, através de uma análise da produtividade e rendimentos do trabalho a partir dos anos 2000. Para tanto, utilizou-se como proxy de produtividade os valores adicionados brutos (VAB's) da produção setorial sobre a população ocupada de cada setor. Além disso, a discussão perpassa por fatores como o fraco desempenho educacional baiano e o rendimento real do trabalho por setor produtivo. Ressalta-se que o baixo nível educacional e de renda se constituem em grandes empecilhos para o desenvolvimento da economia baiana deixando de contribuir com movimentos capazes de refletir na qualidade da estrutura ocupacional, ganhos de rendimentos salariais, de bem-estar, dentre outros. Conclui-se que o emprego formal na Bahia pouco evoluiu em termos de produtividade e o rendimento real dos salários voltou a decrescer após 2013.

Palavras-chave: Bahia. Produtividade. Educação. Rendimento do trabalho.

¹Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Mestrando em Economia pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal da Bahia (PPGE-UFBA). Autor(a) correspondente, *Email: firminofilho93@gmail.com*.

²Bacharela em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestranda em Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE-UFBA).

³Bacharela em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Mestre em Economia pelo Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Economia da Universidade Federal de Sergipe (NUPEC-UFS).

⁴Bacharela em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Mestre em Economia Regional e Políticas Públicas pela Universidade Estadual de Santa Cruz (PERPP-UESC). Doutoranda em Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal da Bahia (PPGE-UFBA). Bolsista FAPESB.

Abstract: This paper seeks to discuss the evolution of labor participation in the Bahian economy, through an analysis of productivity and labor earnings from the 2000s onwards. For this purpose, the gross added values (GVA's) of sectoral production were used as a productivity proxy divided the employed population of each sector. In addition, the discussion goes through factors such as poor educational performance in Bahia and the real income from work by the productive sector. It is noteworthy that the low level of education and income constitute major obstacles to the development of the Bahian economy, failing to contribute to movements capable of reflecting on the quality of the occupational structure, gains in salary income, well-being, among others. It is concluded that formal employment in Bahia has barely evolved in terms of productivity and real wage income has decreased again after 2013.

Keywords: Bahia. Productivity. Education. Income of work.

JEL codes: J21; J60; J69.

I Introdução

O Estado da Bahia é um dos maiores em dimensão territorial, populacional e importância econômica do país, tendo esta última ocorrido especialmente a partir do século XX, com o início da industrialização do estado. Este fato permitiu que a Bahia integrasse a sua estrutura produtiva às cadeias nacionais e se tornasse o 6º maior estado brasileiro em termos de Produto Interno Bruto em 2016 (BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2018). No que diz respeito à questão socioeconômica (emprego, renda e dinâmica socioeconômica), a partir de 2006 houve grande mudança proporcionada pela valorização do salário mínimo o que, por consequência, ampliou a capacidade de renda e de consumo. Tal fato ocasionou a redução da desigualdade de renda ao passo que permitiu ampliação dos investimentos.

Também a partir de 2006 houve ampliação do volume agrícola (superior a 38%) (BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2018), o que ocasionou substancial diversificação deste setor nos anos posteriores (milho, feijão, mandioca, frutas, soja, hortaliças e carnes diversas) capaz de atender os mercados interno e externo. No que diz respeito à indústria, destacam-se os produtos químicos e derivados do petróleo, fabricação de veículos, metalurgia, produção de alimentos e bebidas, papel e celulose, dentre outros. No setor terciário, tem-se comércio, turismo, construção civil e setor público. De acordo com Souza (2013) o aumento da remuneração dos ocupados a partir de 2003 associado a investimentos como aqueles realizados pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) assegurou a geração do emprego e

estabilidade da renda, elementos que contribuíram para a redução das desigualdades regionais.

Para [Diao, Mcmillan e Rodrik \(2017\)](#) a resposta a estes investimentos está em função das particularidades de cada região, sobretudo no que concerne à produtividade entre os setores. Ademais, asseguram os autores, o crescimento da produtividade garante que as mudanças estruturais que aconteçam no fator trabalho resultem em crescimento da demanda de bens e serviços que garantam continuamente o crescimento da renda e aperfeiçoamento econômico dos setores em termos de eficiência.

Diante disso, tem-se que as discussões acerca da produtividade no mercado de trabalho perpassam por searas as mais diversas, especialmente relacionadas à educação e qualificação profissional. Assim, quanto maior o nível educacional de jovens e adultos tanto maiores tendem a ser os retornos salariais e de produtividade. Em regiões mais carentes, contudo, esta problemática adentra questões mais complexas, relacionadas à conjuntura socioeconômica. Nestes locais são comuns eventos relacionados à evasão escolar e à inserção de jovens no mercado de trabalho informal ou precarizado, produto de uma estrutura social que os expõe a condições de vidas às mais precárias.

Assim, num movimento vis-à-vis, a estrutura social que os coloca sob tais condições ocasiona um círculo vicioso. Deste modo, famílias que possuem renda e nível educacional mais elevados reproduzem um círculo virtuoso enquanto famílias em situação de vulnerabilidade tendem a ter filhos sob condições adversas. Isto é tratado por [Menezes-Filho \(2001\)](#) como um “mecanismo gerador de desigualdade de renda”. A constatação se respalda em estudo realizado para o Brasil no qual se verificou que há concentração educacional e isto reafirma as diferenças de renda, especialmente porque afeta, majoritariamente, pessoas negras que residem em áreas não metropolitanas da região Nordeste do Brasil e que trabalham na agricultura.

Diante de tais inferências, este trabalho analisa os efeitos das transformações na estrutura produtiva baiana a partir dos anos 2000 sobre o mercado de trabalho formal. O período para análise está em função da oscilação entre crescimento e esgotamento do modelo de crescimento baseado no consumo, que ocorre em 2012. Parte-se do pressuposto de que mudanças na estrutura produtiva asseguram melhorias nos padrões de eficiência, produtividade e ganhos na renda. Além desta introdução, a [Seção II](#) analisa os desafios e perspectivas recentes do mercado de trabalho baiano destacando perpassando por questões relacionadas ao rendimento do trabalho e aos padrões educacionais da

população. A Seção III analisa o comportamento dos setores agregados (agropecuária, indústria e serviços) na Bahia dando enfoque especial às questões relacionadas à estagnação e baixo nível de produtividade setorial. A Seção IV, a partir da análise de dados oficiais, discute as evidências recentes de crescimento da produtividade setorial desagregada e nível de renda do trabalho por setor. Por fim, são feitas as considerações finais.

II Mudanças recentes na produção e mercado de trabalho

A perda de participação no contexto econômico nacional por um longo período de tempo fez com que esse período da história fosse denominado como enigma baiano⁵. De maneira geral, a Bahia foi acometida por um processo de crescimento econômico e industrialização inexpressivos. Com vistas a superar tal contexto, a partir daí, a economia primária exportadora dá espaço para uma economia industrializada e altamente concentrada na produção de commodities intermediárias, de modo mais específico, em meados de 1959, quando é implementada a Refinaria Landulfo Alves (RLAM) na Região Metropolitana de Salvador (RMS). Nas décadas posteriores, em 1967 e em 1970, respectivamente, são fundados o primeiro complexo industrial da Bahia, o Centro Industrial de Aratu (CIA) também na RMS e o Polo Petroquímico de Camaçari, o que impulsionou o desenvolvimento industrial nas regiões adjacentes e inseriu a Bahia em um processo mais consistente de industrialização. No interior do estado, as mudanças mais relevantes tem a ver com a criação, em 1983, do Centro Industrial do Subaé (CIS) localizado, atualmente, na Região Metropolitana de Feira de Santana. Estes acontecimentos impulsionaram a busca por novos investimentos, especialmente na década de 1990, o que ocasionou a criação de programas de atração de novas plantas produtivas⁶ (DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, 2013).

Estas questões perpassam, inevitavelmente, por temas relacionados à desigualdade e à distribuição de renda inter-regional. De acordo com Silva e Ribeiro (2018)⁷, entre 2004 e 2014 houve uma redução da

⁵Para o melhor entendimento sobre o processo histórico de perda de participação da economia baiana na economia nacional e desdobramentos de tal acontecimento em âmbito estadual, indica-se a leitura do livro “Notas sobre o enigma baiano” do autor Manoel Pinto de Aguiar.

⁶Além de tais fatores, cabe destacar também o papel do Banco do Nordeste do Brasil, fundado em 1952, e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), criada em 1959.

⁷Tais inferências foram alcançadas por meio de exercícios empíricos como o coeficiente de Williamson e a análise diferencial-estrutural.

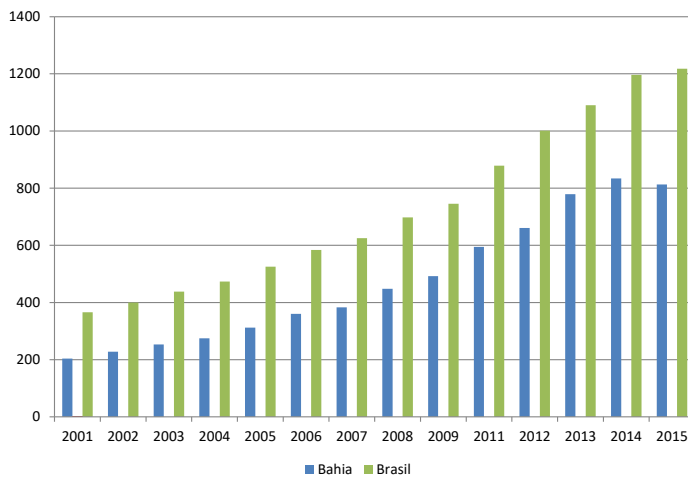
desigualdade inter-regional de renda no território baiano ocasionada pela realocação do emprego formal, que fora gerado pelas atividades produtivas em suas microrregiões via especialização de setores de comércio e serviços, com o setor agropecuário tendo leve variação em decorrência da produção de commodities como soja e celulose. Estes elementos, associados às transformações estruturais, macroeconômicas, estabilização da economia, valorização real do salário mínimo, aumento das transferências governamentais, alterações no mercado de trabalho com o crescimento do número de ocupados e criação de postos de trabalhos formais, foram determinantes para a redução da desigualdade de renda no período supracitado.

Apesar disso, os acontecimentos econômicos e políticos nacionais no período recente tem se espalhado pelos estados, o que afeta a dinâmica produtiva e social destes, majorando as chances de fragilizações do ciclo político e econômico e, por conseguinte, afeta a renda. Não bastasse tal conjuntura, o desempenho dos setores agropecuário, industrial e de serviços ficou aquém do esperado, apresentando uma retração no ano de 2016 e a inexpressividade no desempenho do PIB com taxas negativas (-20,6%), superando a média nacional (-6,6%), imputando uma retração abrupta que se materializou devido à forte seca que atingiu a região Nordeste no ano supracitado (GUERRA, 2017). Tudo isso recai sobre as disparidades regionais, dinâmica setorial e sobre a relação com o mercado de trabalho no estado, tal qual evidenciam as pesquisas de Souza (2013), Wanderley, Santos e Portugal (2014), Pessoti e Pessoti (2015), Guerra (2017), Silva e Ribeiro (2018), dentre outros.

No tocante aos valores do rendimento médio nominal do trabalho na Bahia, este assume um ciclo ascendente com maior intensidade a partir de 2007, mas ainda com os resultados inferiores às médias da esfera nacional. As variações ascendentes nos ganhos de renda não foram suficientes para diminuir a disparidade estadual-nacional. Em 2001, o rendimento médio mensal da população, em termos nominais, estava em torno de R\$ 204,00. No Brasil, o rendimento se aproximava de R\$ 366,00. No período final, de acordo com os dados apresentados, em 2015, o rendimento ficou em torno de R\$ 813,00 na Bahia e R\$ 1.218,00 no Brasil.

Ainda, há de se considerar as diferenças e particularidades regionais, o que afeta, sobremaneira, a geração de emprego e renda. De acordo com Guerra (2017) os espaços denominados como “ilhas de prosperidade” (a RMS incluindo Feira de Santana, a região do cacau, o extremo sul, o oeste e o Vale de São Francisco) foram no ano de 2014

Figura 1: Rendimento médio mensal da população de 10 anos ou mais em R\$ entre 2001 e 2015



Fonte: Autores, elaboração dos autores com dados da SEI/IBGE.

os responsáveis por mais de 70% do PIB do Estado da Bahia. Entretanto, nas regiões em que há uma predominância da extrema pobreza o impacto nas estimativas do estado, em sua totalidade, foi negativo. O autor pontua que aproximadamente 62% dos municípios do estado, num total de 417 municípios, estão situados no semiárido baiano, onde as condições climáticas mais complexas impelem as atividades agropecuárias desenvolvidas com maior intensidade nos espaços com maior contingente demográfico.

Sendo assim, para além do recorte dos ganhos de renda, o alto nível de desemprego registrado no estado e a informalidade do trabalho, principalmente na RMS, espaço eleito pelos migrantes do estado, seria em função do elevado fluxo migratório que favorece o crescimento urbano desta zona, mas que assume outras dimensões, pois a mão-de-obra que se retira dos espaços pouco dotados de eficiência econômica detém baixos níveis escolares que, em parte, não são captados pelos setores industriais e serviços, majoritariamente responsáveis pela ocupação dos trabalhadores nestas áreas.

II.1 A evolução dos níveis de escolaridade

A escolaridade formal é um dos maiores geradores de valor na formação de capital humano. Os teóricos argumentam que o investimento em educação – seja uma decisão individual ou governamental, através da execução de políticas públicas – é capaz de gerar grandes retornos para o indivíduo, além de gerar crescimento e desenvolvimento de uma localidade ou país. Dentre outras externalidades positivas, tal investimento garante melhores salários.

Apesar dos avanços ocorridos em termos de escolaridade, na Bahia, os resultados ficam muito aquém do necessário. Corroboram para isto a lenta e complexa passagem do ensino médio para o ensino superior e, principalmente, a evasão escolar que acontece ainda no ensino fundamental, o que pode explicar, em parte, a queda no número de pessoas com fundamental completo na Bahia no período entre 2007-2017, conforme 2.

Assim, não obstante os estudos sobre a evolução da educação no Brasil evidenciem ao longo do tempo um crescente aumento no que diz respeito à inserção de indivíduos nos meios escolar e acadêmico, especialistas apontam para a persistência de elementos como evasão, repetência e mesmo a distorção idade-série. Em estudo onde se analisou o período 1970-2003 [Rigotto e Souza \(2005\)](#) verificaram que, dentre os jovens de 18 a 24 anos, 42% estavam inseridos em séries distintas

daquelas para as quais estavam realmente aptos. Além disso, o analfabetismo funcional e o aprendizado em português e matemática, muito aquém do que se espera para alunos do ensino fundamental e médio, mostraram-se também como problema. Isto é majorado quando se considera que estes elementos determinam se e de que maneira estes jovens adentrarão o mercado de trabalho.

A ausência de infraestrutura como bibliotecas e laboratórios somada à má remuneração dos professores é outra questão preocupante. Ademais, o distanciamento do ensino escolar das exigências do mercado de trabalho e a falta de amparo financeiro a alunos carentes contribuem para a lacuna concernente à interação entre escola e setor produtivo [Rigotto e Souza \(2005\)](#). A Figura 2 evidencia um ápice em 2011 em relação às pessoas com fundamental completo, mas uma crescente queda a partir de então. Isto sugere que as medidas educacionais, na ausência de outros elementos importantes, podem não ter sustentado este contingente nas escolas até o período supracitado, especialmente, o aparato financeiro.

Os problemas educacionais mais recorrentes relacionam-se à defasagem escolar ou dificuldades com português e matemática que são, em suma, desdobramentos de uma estrutura social problemática nas quais, muitas vezes, os filhos reproduzem problemas semelhantes aos encarados pelos pais: problemas financeiros que os obrigaram a optar por trabalhos precários em detrimento da escola. Sem aporte financeiro e institucional o ciclo se repete e majora os problemas sociais. De acordo com [Schwartzman e Cossío \(2007\)](#) esta situação fica mais latente a partir dos 14 anos, quando os jovens começam a migrar do ambiente escolar para o mercado em busca de emprego. Destarte, a ausência de formação e conhecimentos técnicos necessários os expõe às condições de trabalho as mais precárias, reproduzindo um processo de gerações.

Em estudo de [Klein \(2006\)](#) vê-se que há universalização no que diz respeito ao acesso ao ensino fundamental, mas que isso não garante a sua conclusão e que apesar de haver uma redução das taxas de repetência e de evasão escolar nos últimos anos quando se analisa estes fatores para o ensino médio tem-se um comportamento contrário. A análise da Figura 2, que mostra a realidade baiana, corrobora com o encontrado pela literatura. Apesar da crescente a partir de 2007, vê-se uma oscilação a partir de 2011, indicando que estes elementos podem ter forçado a saída destes jovens das escolas e tê-los expostos ao mercado de trabalho. Além disso, esta oscilação sugere que o ambiente no qual estão inseridos robustece os mecanismos que levam à evasão

escolar.

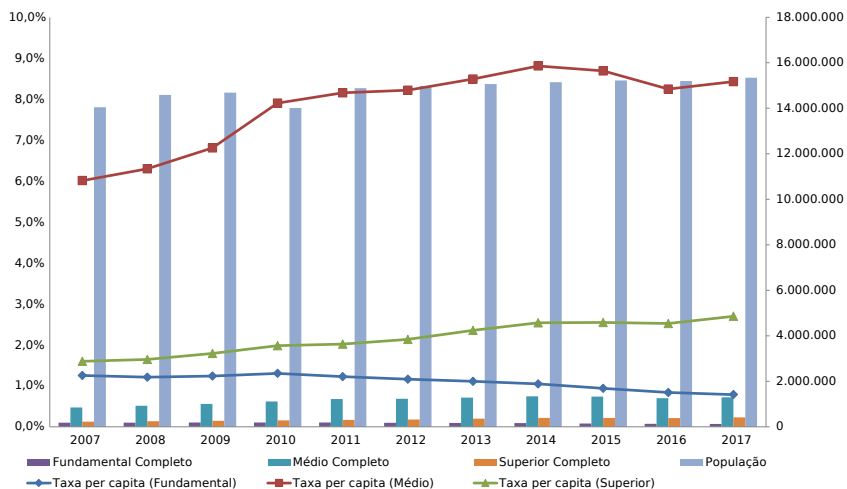
Por outro lado, quando se analisa o número de pessoas com ensino superior no Estado da Bahia no período entre 2007 e 2017 vê-se uma crescente e a literatura que ampara esta seção justifica este fato: a ampliação de políticas públicas sociais com suporte financeiro a alunos oriundos de escolas públicas podem justificar este resultado. Na Bahia, tem-se o Programa Mais Futuro. Criado pela Lei Estadual 13.458 de 11 de dezembro de 2015 o programa supracitado visa assegurar auxílio permanência a estudantes em condições de vulnerabilidade social.

Desta feita, são ofertados estágios e auxílios financeiros que asseguram que os alunos vinculados às universidades estaduais do Estado da Bahia tenham condições de concluir todas as etapas concernentes ao curso. Assim, a distância do local de origem e a condição socioeconômica do estudante determinarão de que maneira este será atendido pelo programa e, posteriormente, encaminhado para vagas de estágio de nível superior ofertadas por órgãos e secretarias do Governo do Estado (BAHIA. [Governo do Estado](#), 2019). Ademais, tem-se neste mesmo período um conjunto de medidas adotadas pelo Governo Federal com vistas a facilitar o acesso ao ensino superior, a exemplo da política de cotas, o que certamente contribuiu para estes números.

A análise dos dados concomitantemente com o que aponta a literatura indica que o conjunto de medidas educacionais exige avanço também em outras searas, especialmente socioeconômicas. Estes elementos, em conjunto, podem subsidiar o avanço dos indicadores relacionados à educação, o que refletirá, no médio e no longo prazo, sobre a produtividade e sobre o mercado de trabalho.

Tem-se, assim, dois grandes empecilhos para o desenvolvimento da economia baiana: baixo nível de renda da população, de forma geral, e má formação e qualificação de pessoas, essencial para a inserção no mercado de trabalho. O movimento de ganhos educacionais para a população é importante, pois assegura maiores níveis de renda e produtividade, assim como em melhores condições de trabalho, menos informalidade, menores disparidades regionais, etc. Deste modo, a melhoria dos índices de renda e de educação formal e qualificação profissional se constituem em grandes desafios para a Bahia nos próximos anos. O desenvolvimento e diversificação da estrutura produtiva capazes de refletir em qualidade da estrutura ocupacional e nas condições de trabalho, particularmente, podem auxiliar substancialmente no processo de ampliação do bem-estar, especialmente através de retornos financeiros.

Figura 2: Evolução da população, distribuição por faixas de estudos e escolaridade *per capita*



Fonte: Autores, elaboração dos autores com dados da RAIS.

III Mudança estrutural do emprego na Bahia

As mudanças estruturais do emprego na Bahia acompanharam a tendência histórica de migração no sentido agrícola, industrial e, finalmente, serviços. Porém, o que se observou ao longo do tempo foi um aumento da produtividade do setor agrícola devido à incorporação tecnológica nas etapas produtivas: plantio, colheita e distribuição. O setor agrícola baiano vem se modernizando e ganhando mais espaço tanto no que diz respeito ao agronegócio quanto em relação à agricultura familiar no estado que é, atualmente, o maior produtor de alimentos advindos da agricultura familiar no Brasil. No que se refere à indústria, apesar da implementação da Ford em 2002 e a forte competitividade na produção química e petroquímica, os ganhos de produtividade do setor parecem ter se estagnado em tempos recentes. Já o setor de serviços, apesar de apresentar a maior participação no PIB baiano, tem o menor índice de produtividade do trabalho e baixos salários devido ao padrão de oferta pouco eficiente. Estas questões tem, em parte, a ver com o fato de o Estado da Bahia ser fortemente dependente das políticas econômicas nacionais.

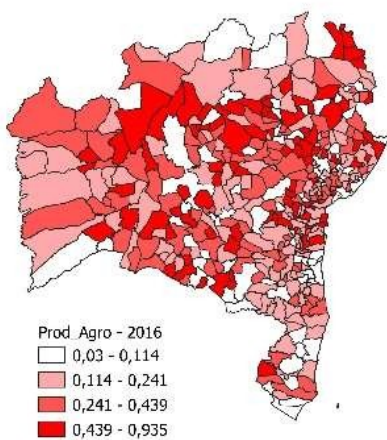
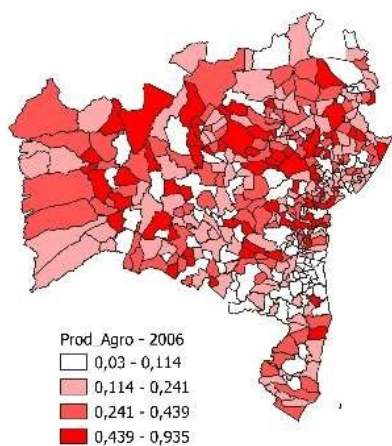
III.1 Participação setorial da produtividade no Estado

De acordo com [Guerra e Gonzalez \(2013\)](#), a consolidação da economia baiana como a sexta maior do país provém do processo de industrialização que se consolidou nos anos 1980 e pela inserção de novos manejos agrícolas. Apesar disso, a Bahia enfrenta uma série de problemas relacionados à concentração de renda e de fatores econômicos: os municípios situados na região metropolitana de Salvador e aqueles situados na região oeste do estado, que se beneficiam do grande potencial agrícola, concentram a maior parte da riqueza do estado, enquanto que os municípios mais pobres, situados especialmente na região do semiárido, reproduzem, repetidamente, resultados negativos nos campos social e econômico. Isto indica que a estes municípios não tem sido oferecidos mecanismos que possam alterar tal configuração, colocando-os num movimento contínuo de repetição de pobreza.

Embora a Bahia tenha se inserido na matriz industrial brasileira o fato de este estado produzir bens intermediários o coloca em desvantagem em relação aos estados das regiões Sul e Sudeste, por exemplo, que agregam valor aos produtos exportados. No que diz respeito à agricultura, na década de 1970 ficou latente que as condições produtivas do estado, baseadas majoritariamente na produção de cacau (altamente concentrada) e na agricultura de subsistência teriam que passar por transformações para competir com estados como São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná, processo que começa a mudar a partir da década de 1990 através de novas técnicas de irrigação e de cultivo, o que aumentou a produtividade. Em relação ao setor terciário tem-se, ainda hoje, efeitos do período em que a indústria se consolidou na Bahia: o crescimento deste setor trouxe ao estado um grande contingente de migrantes em busca de melhores condições de vida. Contudo, a ampliação da população não gerou, no mesmo ritmo, a quantidade de empregos, o que majorou o número de trabalhadores informais, localizados especialmente na RMS e na capital. Assim, tem-se no estado um elevado número de Pessoas em Idade Ativa (PIA) que pressiona o número de pessoas economicamente ativas (PEA). Este fato, altera as condições no mercado de trabalho, uma vez que há maior demanda por emprego do que oferta do mesmo, o que recai sobre salários e sobre toda a cadeia produtiva ([GUERRA; GONZALEZ, 2013](#)).

A Figura 3 indica que entre 2006 e 2016 não houve grande mudança no que diz respeito à produtividade agrícola, mostrando que os municípios situados na região Oeste do Estado como Barreiras e Luís Eduardo Magalhães detém a maior produtividade agrícola enquanto que a maior parte dos municípios desenvolve a agricultura de subsis-

Figura 3: Produtividade agrícola nos períodos 2006 e 2016 no Estado da Bahia



Fonte: Autores, elaboração com base nos dados da pesquisa.

tência e, por isso, de menor valor agregado, o que recai sobre salários, demanda e rendimento.

Em relação à produtividade industrial, a situação não difere muito da produtividade agrícola. Vê-se, de acordo com a Figura 4, que os municípios situados nas regiões Oeste, Sul e metropolitana se destacam em relação aos demais municípios do Estado. Na região Sudoeste a maior produtividade do setor se concentra em municípios como Vitória da Conquista e Jequié.

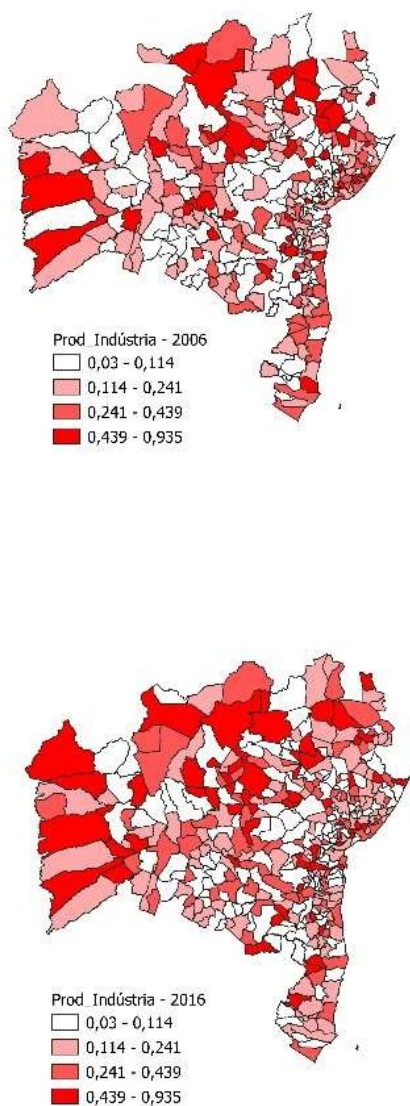
Por fim, em relação ao setor de serviços, tem-se que este se mostrou menos significativo em relação aos demais setores analisados e também menos disperso pelo Estado, especialmente em 2006. Isto significa que este setor é pouco intensivo em tecnologia e por isso mesmo remunera com salários menores que os oferecidos pelo setor industrial. Isto posto, tem-se que isto reduz a produtividade. Assim, embora o setor industrial empregue menos que a agricultura e o setor de serviços, por exemplo, tal setor é intensivo em tecnologia, que emprega menos, mas paga maiores salários.

Ao analisar o comportamento do setor de serviços e sua participação no valor agregado para Bahia, entre os anos de 2006 e 2015, [Merelles e Santos \(2017\)](#) destacaram a maior participação na esfera econômica decorrente da elevação da renda das famílias, pois o rendimento deste grupo interfere diretamente na demanda pelos bens e serviços ofertados, assim como na decadência de setores econômicos tradicionais. Na referida pesquisa, [Merelles e Santos \(2017\)](#) comentam acerca da desconcentração produtiva setorial, fato que ocorre devido à proximidade entre demandantes e ofertantes, favorecidos pelo crescimento de atividades em zonas onde se observa a expansão da renda.

O somatório das produtividades indica que houve um crescimento importante de 2006 para 2016 (Figura 6) sugerindo melhoria das técnicas de manejo agrícola, ampliação da capacidade tecnológica industrial bem como maior produtividade do setor de serviços, embora este seja inferior em relação aos demais setores.

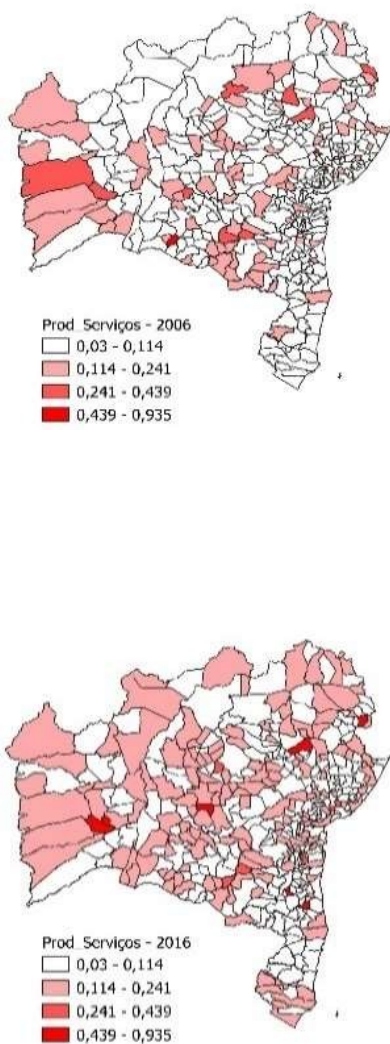
No que diz respeito à produtividade do trabalho na Bahia, entre o período de 2007 e 2017 esta foi de aproximadamente 16% sendo que o ano de maior participação foi em 2011, com uma média de 27%. Estes elementos se associam à elevação da taxa de ocupação, mudanças demográficas, aumento da oferta de mão-de-obra e com os investimentos públicos produtivos em diversos setores. Esta tendência, contudo, começa a expressar sinais negativos entre 2016 e 2017 sugerindo que a ausência de investimentos em capital humano e em tecnologias específicas deixam a produtividade aquém do esperado e reduzem as

Figura 4: Produtividade industrial nos períodos 2006 e 2016 no Estado da Bahia



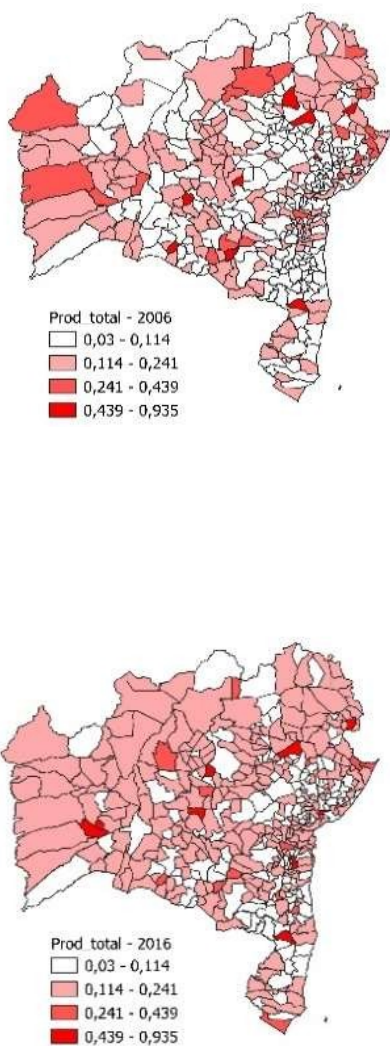
Fonte: Autores, elaboração com base nos dados da pesquisa.

Figura 5: Produtividade de serviços nos períodos 2006 e 2016 no Estado da Bahia



Fonte: Autores, elaboração com base nos dados da pesquisa.

Figura 6: Produtividade total nos períodos 2006 e 2016 no Estado da Bahia



Fonte: Autores, elaboração com base nos dados da pesquisa.

probabilidades de encadeamentos (SOUSA FILHO et al., 2019).

Além disso, notadamente, a Bahia segue a lógica nacional de produção de intermediários e isso a expõe a maiores dificuldades competitivas no mercado externo. Também, há de se considerar que dado o contexto e a dimensão dos municípios baianos, o fato de a maioria ter suas economias predominantemente dependente do setor de serviços, especialmente públicos, e da agricultura familiar⁸, sem uso intensivo de tecnologia, haja menor produtividade destes setores em relação à indústria, que se concentra basicamente na RMS. Além disso, há a baixa qualificação da mão de obra, o que contribui, sobremaneira, para os baixos níveis de produtividade do trabalho.

Sousa Filho et al. (2019) inferem que a migração da mão-de-obra da agricultura para a indústria foi fator determinante para a minimização dos ganhos de eficiência e produtividade do trabalho. Somado a isto, tem-se um conjunto de elementos que assegurara a não mudança dos mecanismos que sustentam o setor de serviços, o que ocasionou a baixa produtividade do setor e a baixa contribuição sobre o desenvolvimento econômico do Estado. Por fim, há de se considerar que o fato de a população baiana ser majoritariamente de baixa renda não contribuiu para ampliar a demanda por serviços com maior valor agregado, estando estes nos grandes centros urbanos que agregam, ao mesmo tempo, a parcela da população mais rica e a mais pobre, num processo dicotômico que coloca lado a lado e ao mesmo tempo distantes elite e periferia.

IV Evidências da evolução do emprego setorial na Bahia

Visando o processo de desenvolvimento econômico e produtivo, políticas de geração e apoio ao emprego formal são necessárias para ampliar programas de formação profissional, aumento da capacidade de serviços públicos e privados voltados para a geração de ciência e tecnologia capazes de incorporar e difundir inovações, proteção social do trabalho, dentre outros. Dessa forma, a economia pode construir mecanismos consolidados de manutenção do trabalho e geração de renda. A partir de 2002, observou-se um aumento sistemático da taxa de crescimento da formalidade do trabalho no Brasil. Em 2003 a taxa de formalidade do trabalho no Brasil era cerca de 45,7%, passando para 49,4% em 2008. Entre 2003 e 2008 a expansão do estoque de emprego formal no país chegou a 113% (RIBEIRO; BERG, 2010).

⁸Exceto as produções agrícolas em larga escala e que fazem uso intensivo de tecnologia, a exemplo de municípios como barreiras e Luís Eduardo Magalhães.

Movimentos interessantes podem ser observados em relação às mudanças ocupacionais do emprego formal na Bahia. A análise dos dados econômicos do mercado de trabalho evidencia algumas características estruturais relativamente definidas nas quais se pode observar tendências de crescimento ou retração na geração de postos de trabalho por setor. Notadamente, na agricultura observou-se uma queda expressiva do número de empregos gerados ao longo do tempo. Em 2002 o setor gerou mais de 2,4 milhões de postos de trabalho, em 2015 esse número passou para cerca de 1,6 milhões. Os setores da indústria extrativa e indústria de transformação mantiveram-se estáveis ao longo do tempo; os setores da construção civil e comércio e reparação aumentaram o número de empregos de maneira considerável, sendo que o comércio ultrapassou 1,1 milhões de empregos. Os demais setores, alojamento e alimentação, transportes, administração pública, educação e saúde, todos apresentaram crescimento em termos de geração de postos de trabalho ao longo do tempo. Em 2002, a Bahia registrou cerca de 6,8 milhões de empregos formais, com aumento contínuo até 2009 e cerca de 7,7 milhões de postos de trabalho ocupados. Em 2014 a economia volta a se recuperar, alcançando cerca de 7,8 milhões de empregos (Tabela 1).

É sabido que o cenário de recessão que as economias brasileira e baiana adentraram desde 2016 põe em cheque diversos questionamentos sobre o que fazer para que se retome uma trajetória de geração de empregos e crescimento sustentado. O avanço do desemprego e da informalidade do trabalho se constitui em graves perdas de produtividade e subutilização da força do trabalho. Além de tais aspectos, o rendimento do trabalho formal se constitui em uma questão distributiva chave para a economia baiana. A análise setorial da evolução dos salários reais nos mostra que, especificamente entre 2007 e 2017, os ganhos salariais apresentaram uma tendência, apesar de baixa, de crescimento.

IV.1 Rendimento do trabalho por setor⁹

Os rendimentos médios do trabalho foram extraídos dos dados disponibilizados pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) para a Bahia entre os anos de 2007 e 2017 e estão expostos por subsectores seguindo as subclasses expostas de acordo a Classificação Nacional de

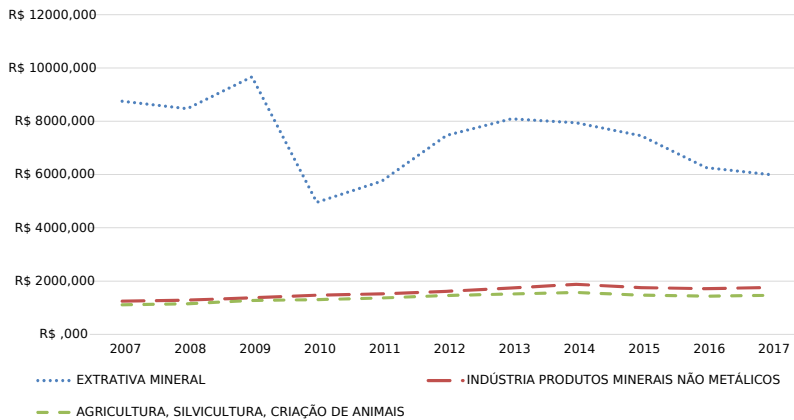
⁹Todos os valores de rendimentos do trabalho setorial apresentados nesta seção foram deflacionados de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e, assim, exibidos em valores reais a preços de 2017.

Tabela 1: Ocupados na PEA: segundo subsetor e as atividades econômicas

Ano	Ocupados na PEA (em milhares)											Todas as Atividades
	Por subsetor de atividade econômica											
	Agricultura	Ind. Extrativa	Ind. Transformação	Construção civil	Comércio e reparação	Alojamento e alimentação	Transportes	Adm. Pública	Educação e Saúde			
2002	2.423.323	46.433	402.969	370.920	917.287	229.827	227.115	265.191	474.187	6.847.076		
2003	2.491.571	68.586	405.405	341.633	918.736	231.847	222.467	268.500	444.846	6.860.955		
2004	2.542.521	55.961	427.174	367.671	937.836	217.331	252.019	288.320	449.714	6.954.421		
2005	2.518.066	66.815	467.079	392.683	923.757	257.211	251.074	287.733	491.031	7.234.135		
2006	2.363.319	50.352	460.269	431.203	963.531	243.814	272.900	308.217	504.427	7.297.164		
2007	2.331.015	51.830	454.454	415.284	1.003.718	262.788	276.074	300.509	511.872	7.316.461		
2008	2.349.039	54.259	492.135	508.361	1.024.093	302.638	283.029	298.313	542.149	7.692.011		
2009	2.318.862	64.172	449.807	499.642	1.124.375	283.629	284.515	346.225	568.814	7.705.918		
2011	1.891.810	46.852	493.760	594.104	1.201.374	349.048	304.047	374.111	557.429	7.531.942		
2012	1.769.531	36.057	418.840	579.340	1.235.977	332.774	329.842	375.616	585.391	7.419.610		
2013	1.686.992	45.894	498.985	609.065	1.163.108	350.995	336.782	352.799	666.024	7.503.314		
2014	1.819.506	47.215	456.164	679.390	1.241.775	355.749	338.264	388.783	704.339	7.861.991		
2015	1.639.662	46.804	402.878	669.575	1.157.018	348.451	334.249	350.920	678.420	7.504.648		

Autores, elaboração própria com microdados do IBGE (PNAD).

Figura 7: Evolução dos rendimentos por subsetor de atividade econômica na Bahia: agricultura e indústrias extrativas



Fonte: Autores, elaboração com base nos dados da pesquisa.

Atividade Econômica (CNAE).

Na Figura 7 é possível verificar a evolução dos rendimentos médios do trabalho na Bahia segundo as subclasses da agricultura – composta por silvicultura e criação de animais – e indústrias extrativas – contendo as atividades de extração mineral e produtos não metálicos. É possível observar que os maiores rendimentos do trabalho são encontrados na extração mineral e que houve pouca variação nesses valores médios. Em 2007 a média dos salários era de R\$ 8.753,31; ocorreu uma queda significativa entre 2009 e 2010, devido a algum componente cíclico, mas, embora não tenha recuperado sua força, voltou a crescer no ano seguinte fechando a série com R\$ 5.993,03. Já a agricultura e os produtos minerais não metálicos possuem ganhos médios mais baixos e muito similares. Ambos obtiveram um aumento considerável quando comparados o primeiro e último ano da série. Em 2007 esses salários eram de R\$ 1.113,62 e R\$ 1.249,27, respectivamente, esses valores se mantiveram quase que constantes ao longo da série, crescendo a pequenas taxas, e finalizando-a com rendimentos de 1.468,89, agricultura, e 1.760,97, os produtos minerais não metálicos.

No que tange os rendimentos médios da indústria de transformação é possível verificar que as indústrias que possuem os menores rendimentos são as indústrias da madeira e mobiliário, têxtil, vestuário e

artefatos dos tecidos, calçados e alimentos, bebidas e álcool etílico. No entanto elas tiveram um grande aumento no rendimento do trabalho ao longo dos anos, com alguns períodos de queda, como no ano de 2015, em que alguns dos setores tiveram perdas nos rendimentos, mas a tendência foi de aumento. No ano de 2007 o rendimento do trabalho na indústria de madeira e de mobiliário era em média R\$ 1.300,55. Em 2017 chegou a R\$ 1.618,30. As indústrias têxteis, vestuário e artefatos de tecidos e a indústria de calçados possuem retornos médios do trabalho bem parecidos. No primeiro ano da análise elas possuíam rendimentos de R\$ 1.111,45 e R\$ 1.108,58, respectivamente. Já no último ano esses salários cresceram um pouco mais para o caso da indústria têxtil e seus derivados chegando a R\$ 1.476,89, e R\$ 1.324,52 do setor de calçados. Na área de alimentos, bebidas e suas variantes os ganhos chegaram a R\$ 1.771,63 em 2017, um aumento de R\$ 264,78 quando comparado ao primeiro ano.

As indústrias que possuem rendimentos médios intermediários, comparadas às de transformação são borracha, fumo, couro, pele e similares, material elétrico e comum e mecânica. Entre elas a que possuía o menor retorno salarial no primeiro ano de análise foi a de borracha, fumo, couro e produtos similares, mas apresentou um aumento significativo ao longo dos anos. Em 2017 os retornos salariais médios chegaram a R\$ 2.757,12 contra os R\$ 1.952,39 de 2007, o que representou um aumento de aproximadamente 71%. Já a indústria de material elétrico e comunicação apresentava rendimentos médios de R\$ 2.313,55, no primeiro ano analisado, tendo variado ao longo do período e alcançado o maior rendimento no ano de 2014 com salários médios R\$ 3.153,03. No ano seguinte apresentou uma queda nos retornos salariais do trabalho e em 2013 uma nova elevação. Em 2017 a média de ganho foi de R\$ 2.538,99. Algo semelhante ocorreu na indústria mecânica. Em 2007 os rendimentos médios do trabalho nessa indústria foram de R\$ 2.575,98. O setor obteve seu pico salarial em 2009, com um salário médio de R\$ 3.043,42. No ano seguinte teve perda nos retornos, apresentou alguns períodos de elevação e 2017 seus rendimentos médios foram de R\$ 2.284,40.

No entanto, a alta concentração espacial produtiva no espaço não permite que os ganhos salariais adentrem para o interior do estado. [Silva Filho \(2013\)](#) coadunam com a ideia da alta concentração produtiva, principalmente no setor industrial. Os autores evidenciam à elevada rotatividade da mão de obra na atividade agropecuária e na construção civil. Estes eventos sinalizam ainda que no campo industrial, os indivíduos menos escolarizados são mais “penalizados” dadas

as características inerentes a este segmento e as taxas líquidas negativas de criação de novos postos para este grupo. Segundo os pesquisadores, O comportamento da rotatividade demasiadamente elevada e as taxas de criação líquida espelha um mercado de trabalho celetista e excludente, oportunizando ocupações sob condições precárias de atuação da mão de obra. Guerra e Gonzalez (2013) frisam que o descompasso entre o crescimento econômico e o desenvolvimento social na Bahia, calcada principalmente na concentração produtiva baseada nos segmentos químico/petroquímico, metalúrgico e de papel e celulose. O esforço na trilha do caminho oposto mostrou-se através da readequação da atividade industrial com políticas de desconcentração setorial, por meio de fomentos aos bens de consumo duráveis e não duráveis.

A Tabela 2 mostra que as indústrias que possuem os maiores retornos médios do trabalho dentro da indústria de transformação são aquelas que mais demandam mão de obra especializada. Ou seja, onde a presença de capital humano é mais intensa. Entre elas destaca-se a indústria química de produtos farmacêuticos e veterinários. Em 2007 ela apresentou retornos médios de R\$ 5.689,50. Nos anos seguintes apresentou elevação desses salários e em 2011 alcançou seu ápice, com rendimentos salariais médios de R\$ 7.211,90. No ano seguinte apresentou uma queda e em 2015 voltou a crescer. Em 2017 esses rendimentos eram de R\$ 5.045,55.

A indústria do material de transporte também apresentou retornos do trabalho consideráveis no período de análise. Em 2007 os trabalhadores possuíam salários médios de R\$ 4.119,29, tendo este valor oscilado nos anos seguintes. No último ano analisado, 2017, os trabalhadores ganhavam em média R\$ 5.043,21. As indústrias do papel, papelão, editorial e gráfica e a de metalurgia também apresentaram rendimentos médios do trabalho ao longo do período de análise. Em 2007 esses retornos salariais médios eram de R\$ 3.395,40 e R\$ 3.355,42, respectivamente. Dez anos depois esses rendimentos salariais médios foram de R\$ 3.100,59 e R\$ 2.906,93, nesta ordem.

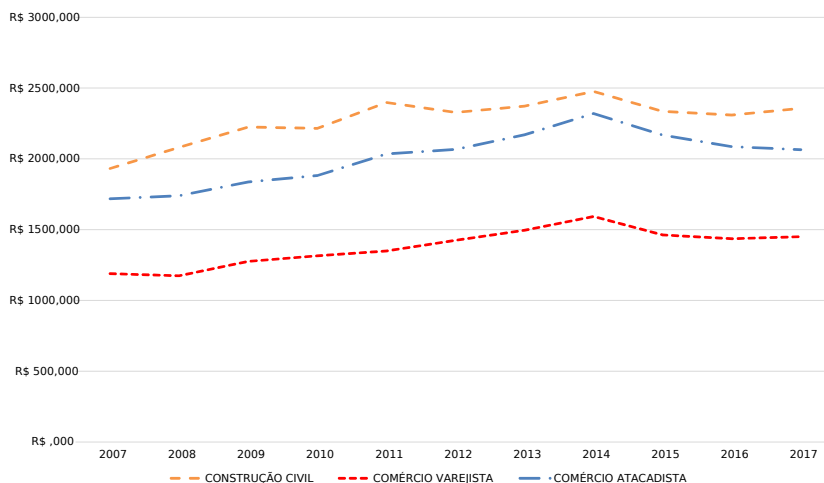
A construção civil e comércio varejista e atacadista são setores da atividade econômica que apresentam rendimentos médios do trabalho muito próximos. E todos apresentaram crescimento nos retornos salariais médios em 2014. No que tange à construção civil a mão de obra neste setor costuma ser altamente diversificada. Existem áreas que demandam mão de obra mais especializada, o que impulsiona os retornos salariais médios do trabalho – e outras com uma menor exigência de especialização. Também é um setor que apresenta uma grande

Tabela 2: Rendimentos do trabalho por subsetor de atividade na Bahia: indústria de transformação

Indústria	Alimentos, bebida e álcool, etílico	Borracha, fumo, couro, pele e similares	Indústria da madeira e mobiliário	Papel, papelão, editorial e gráfica	Química de produtos farmac. e veterinário	Metalurgia	Têxtil, vestuário e artefatos dos tecidos	Calçados	Mecânica	Material e transporte	Material elétrico e comum
2007	1.506,85	1.952,39	1.300,55	3.395,40	5.689,50	3.355,42	1.111,45	1.108,58	2.575,98	4.119,29	2.313,55
2008	1.527,09	2.134,32	1.321,48	3.153,11	5.714,73	3.072,54	1.140,06	1.159,13	2.701,01	4.569,55	2.386,02
2009	1.592,80	2.182,66	1.517,70	3.352,98	6.157,30	3.173,94	1.207,47	1.205,86	3.043,42	4.361,71	2.480,01
2010	1.663,00	2.341,20	1.579,35	3.321,43	6.815,56	3.044,09	1.218,05	1.243,04	2.786,84	4.887,98	2.421,76
2011	1.737,84	2.436,32	1.629,94	3.575,06	7.214,90	3.164,41	1.276,23	1.270,88	2.726,84	4.864,36	2.508,26
2012	1.813,01	2.561,80	1.656,64	3.425,96	6.114,93	3.134,94	1.348,82	1.335,57	2.747,88	5.372,29	2.611,22
2013	1.869,46	2.697,28	1.711,30	3.345,52	6.098,04	3.159,35	1.430,42	1.365,11	2.759,26	5.680,04	3.107,66
2014	1.987,98	2.927,30	1.813,79	3.367,46	6.015,26	3.313,30	1.514,54	1.486,18	2.851,44	6.355,24	3.153,03
2015	1.833,98	1.695,62	1.711,98	3.199,17	6.363,68	3.243,99	1.392,98	1.346,35	2.593,02	5.266,37	3.050,99
2016	1.827,85	2.781,42	1.680,68	3.136,42	5.591,71	2.953,83	1.485,49	1.292,72	2.293,62	5.502,78	3.014,67
2017	1.771,60	2.757,12	1.618,30	3.100,59	5.045,55	2.906,93	1.476,89	1.324,52	2.284,40	5.043,21	2.538,99

Autores, elaboração própria com dados da RAIS.

Figura 8: Evolução dos rendimentos por subsetor de atividade econômica na Bahia: construção civil e comércio



Fonte: Autores, elaboração com dados da RAIS.

sazonalidade.

Em 2007 os retornos salariais médios desse setor eram de R\$ 1.932,17, passou por uma elevação no ano seguinte e uma queda posteriormente. Em 2014 alcançou o valor de R\$ 2.476,11. Apresentou um declínio entre 2010 e 2011 e encerrou a série com retornos médios de R\$ 2.357,00. No setor de comércio o setor atacadista é o que apresenta os maiores retornos médios comparados ao varejista. Mas ambos apresentaram elevação nos rendimentos médios ao longo da série. Em 2007 os trabalhadores do comércio atacadista recebiam em média R\$ 1.718,40 e do varejista R\$ 1.190,16, considerando o mesmo período. Ambos os subsetores apresentaram crescimento dessas variáveis em 2014 - com salários médios de R\$ 2.320,49 e 1.593,35, respectivamente. No ano seguinte voltou a cair e em 2016 houve uma retomada. Encerraram a série com retornos médios de R\$ 2.065,68 e R\$ 1.450,96, nessa ordem (Figura 8).

No que tange os rendimentos médios no setor de serviços e da administração pública, estes são bem semelhantes. Seguem uma trajetória de elevação ao longo da série, apesar de apresentarem alguns momentos de declínio. Com um destaque para o subsetor de crédito, seguros e capitalização que possui os maiores retornos médios

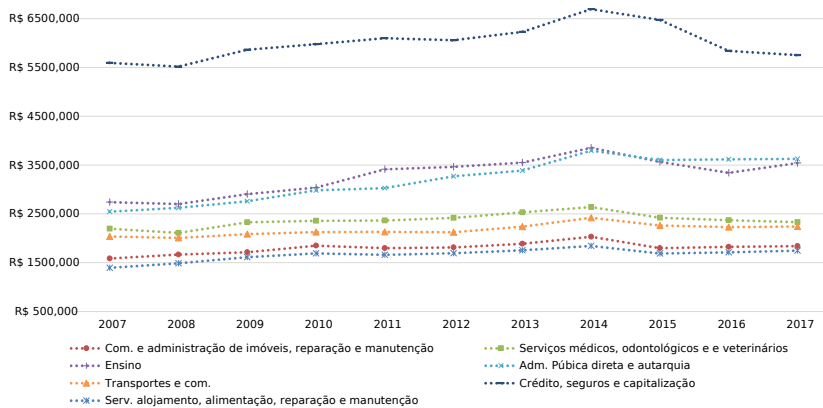
do trabalho. Em 2007 os trabalhadores possuíam salários médios de R\$ 5.594,91. Seguiu uma trajetória de queda no ano seguinte e elevação posteriormente. Conforme ocorreu com os outros subsetores analisados o ano de 2014 representou um ápice dos retornos salariais, onde os trabalhadores chegaram a receber uma média salarial de R\$ 6.695,21. No ano seguinte houve um declínio novamente e em 2016 uma elevação, encerrando a série com rendimentos de R\$ 5.752,00. O setor da administração pública e subsetor de ensino possuem rendimentos também parecidos.

Ambos também apresentaram elevação nessa variável ao longo dos anos, mas no primeiro caso – da administração pública – esse crescimento foi maior. Em 2007 os trabalhadores possuíam rendimentos médios de R\$ 2.547,35 na administração pública e R\$ 2.740,85 no ensino. Houve crescimento dos rendimentos para os dois casos em 2014 e no ano seguinte um decréscimo. Em 2016 o primeiro subsetor mencionado anteriormente voltou a crescer enquanto o segundo caía. No ano de 2017 ambos apresentaram uma elevação nos salários de R\$ 3.627,03 e R\$ 3.544,10, considerando a mesma ordem do primeiro período – administração pública e ensino.

Os subsetores que também fazem parte do setor de serviços e possuem rendimentos do trabalho bem semelhantes são: comércio e administração de imóveis, reparação e manutenção; serviços médicos e odontológicos; transportes e comunicação além dos serviços de alojamento, alimentação, reparação e manutenção. Dentre eles o que possui rendimentos mais elevados é o de transportes e comunicação. Em 2007 os trabalhadores possuíam retornos salariais médios de R\$ 2.040,48. No ano seguinte houve um decréscimo e logo em seguida uma elevação. Em 2014 houve o ápice e os trabalhadores passaram a ter ganhos médios de R\$ 2.421,67. Encerrando a série com retornos de R\$ 2.243,53. Os serviços médicos e odontológicos também apresentaram retornos significativos no período e elevação quando comparados o primeiro e último ano da série. Em 2017 esses retornos salariais médios foram de R\$ 2.333,36 o que representa um crescimento frente ao R\$ 2.198,75 no ano de 2007.

Os subsetores de comércio e administração de imóveis e serviços de alojamento, alimentação, reparação e manutenção são os que possuem os menores rendimentos em comparação com os demais. No primeiro ano da série os ganhos salariais médios nesses subsetores foram de R\$ 1.588,20 e R\$ 1.396,41. No último ano da série esses rendimentos médios foram de R\$ 1.841,20 e R\$ 1.748,44, nessa ordem (Figura 9).

Figura 9: Evolução dos rendimentos por subsetor de atividade econômica na Bahia: serviços e administração pública



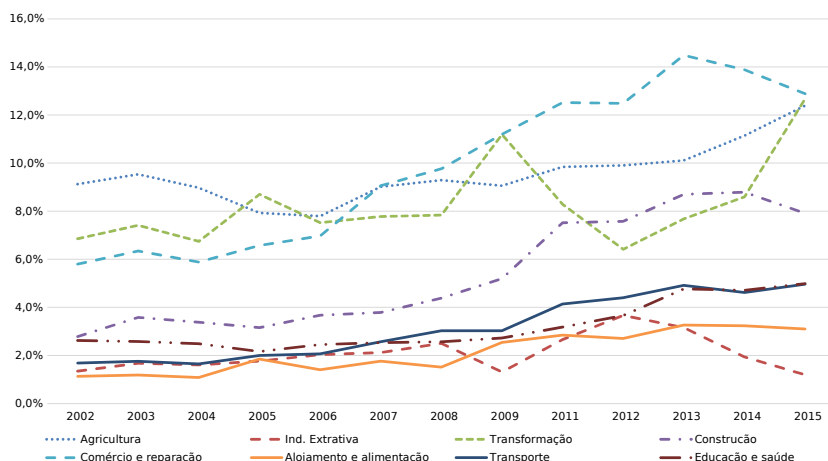
Fonte: Autores, elaboração com dados da RAIS.

IV.II Produtividade do trabalho na bahia por subsetores de atividade econômica

A produtividade do trabalho é uma variável de suma importância para capturar as mudanças estruturais ocorridas em uma determinada economia ao longo de um dado período de análise. Cada setor ou sub-setor de atividade econômica possui um nível de produtividade que pode passar por evoluções distintas, conforme suas atividades individuais (MIGUEZ; MORAES, 2014). Nesse sentido, com a finalidade de identificar o comportamento dessa variável foram utilizados dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD/IBGE) entre 2002 e 2015 – com exceção de 2010 que consiste no ano do CENSO. Foram extraídas informações sobre o valor adicionado de cada subsetor de atividade econômica deflacionado pelo INPC com base no último ano da série e dividido pelo número de horas trabalhadas dos ocupados, de acordo com a atividade principal no ano para cada um deles.

Conforme a Figura 10, os resultados indicam uma tendência de elevação da produtividade do trabalho em todos os subsetores de atividade econômica analisados, apesar de apresentarem uma grande variação ao longo da série com alguns momentos de queda e outros de elevação, devido a algum componente ciclo. Analisando os dois últimos anos da série é possível observar um declínio em alguns dos subseto-

Figura 10: Produtividade do trabalho segundo subsetores de atividade econômica na Bahia.



Fonte: Autores, elaboração com microdados da PNAD (IBGE).

res – como comércio e reparação, construção, educação e saúde além da indústria extrativa - que pode ter sido ocasionado pelo momento recessivo que se iniciava no país, período também que apresentou elevados níveis inflacionários, de acordo com dados do INPC.

Os setores de comércio e reparação, agricultura, indústria de transformação e construção civil apresentam os maiores índices de produtividade, de acordo com a proxy criada. Entretanto, os setores possuem movimentos diferenciados entre si. O setor de comércio e reparação é o que apresenta a maior tendência de crescimento, seguido da construção e agricultura. O setor de construção civil apresentou ganhos elevados a partir de 2009, porém, em 2015, apresenta retrocessos. A indústria de transformação passa a apresentar queda entre 2008 e 2009, impactada pela crise mundial ocorrida no período, mas volta a crescer em entre 2012 e 2013. Os demais setores, alojamento e alimentação, educação e saúde, transportes e indústria extrativista não apresentaram ganhos relevantes no período analisando. Apenas a indústria extrativa passou por grandes momentos de variação apresentando uma queda entre 2008 e 2009 com posterior recuperação no ano seguinte e voltando a decrescer entre 2012 e 2013, mas ainda assim a sua tendência ao longo da série foi de elevação.

São crescentes as discussões e preocupações na agenda dos formuladores de política industrial e produtiva, de forma geral, sobre a perda de dinamismo da economia após a crise financeira internacional de 2008. Tal perda, como pode ser observada para a Bahia, é acompanhada pelos baixos ganhos de produtividade. No longo prazo, a baixa produtividade do trabalho associada ao baixo nível de ganhos de renda pode comprometer a evolução da estrutura produtiva do estado. Medidas como a melhora da eficiência na utilização de insumos, realocação de fatores, investimento na formação educacional e profissional, incorporação tecnológica e maior agregação de valor em bens finais são essenciais para que as mudanças estruturais não apenas no fator trabalho, mas como um todo, siga uma tendência de crescimento sustentado e gere empregos de qualidade e altos rendimento e produtividade para trabalhadores e setores, respectivamente.

V Conclusões

A fim de ampliar a discussão acerca dos efeitos da produtividade sobre os ganhos econômicos, este trabalho estudou o Estado da Bahia e analisou o comportamento dos setores primário, secundário e terciário concentrando-se, especialmente, na importância dos fatores educacionais e tecnológicos nos ganhos de produtividade. No que se refere ao perfil de escolaridade e formação profissional do trabalhador baiano, tem-se que as medidas implementadas pelos Governos Municipal, Estadual e Federal no período analisado com vistas a elevar o acesso e conclusão dos ensinos fundamental, médio e superior foram relevantes, contudo, estes resultados ficaram aquém do que se espera em função, dentre outros, da evasão escolar, distorção idade-série e repetência, além das deficiências em português e matemática. Estes elementos relacionam-se a um processo histórico no qual indivíduos de classes sociais menos favorecidas tendem a migrar do ambiente escolar para o mercado de trabalho, muitas vezes precário, objetivando contribuir com o orçamento familiar. Assim, na ausência de habilidades que garantam salários mais elevados, estes indivíduos se submetem a condições de trabalho às mais degradantes e, por consequência, minimizam as chances de retorno à escola e de recuperação salarial.

No que concerne ao emprego formal na Bahia, não foi possível identificar grandes transformações em sua estrutura ao longo do período analisado. Isto indica que as políticas implementadas, especialmente relacionadas à educação, mostraram sinais no longo prazo. Destarte, tais resultados serem ainda incipiente. Além disso, o fato de

o Estado da Bahia produzir, majoritariamente, bens pouco intensivos em tecnologia e em mão de obra qualificada faz com que a média salarial seja diminuta em relação a outros estados da federação, o que impacta também sobre a produtividade e indica a natureza sistêmica deste fato.

Ademais, dadas as inferências encontradas por este trabalho, sugere-se como agenda de pesquisa questões concernentes à melhoria e melhor aproveitamento do capital humano na escala produtiva, ampliação e redistribuição de renda e, principalmente, mecanismos que garantam a promoção de crescimento econômico contínuo e sustentado. Tais medidas podem assegurar melhoria da estrutura produtiva ao ocasionar crescimento e desenvolvimento do Estado da Bahia.

Referências

BAHIA. Governo do Estado. *Mais Futuro*. Secretaria da Educação do Estado da Bahia. Salvador, 2019. Disponível em: <<http://maisfuturo.educacao.ba.gov.br/permanencia>>. Acesso em: 30 mai 2019.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 13 mai. 2019.

DIAO, X.; MCMILLAN, M.; RODRIK, D. *The Recent Growth Boom in Developing Economies: a structural change perspective*. Massachusetts: National Bureau of Economic Research, 2017. (Working Paper, n. 2332).

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. *A economia baiana nos anos 2000: uma análise das condições do mercado de trabalho formal na Bahia*. Salvador: DIEESE, 2013.

GUERRA, O. Bahia: liderança econômica regional e desigualdade social. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 27, n. 2, p. 55–85, jul. 2017.

GUERRA, O. F.; GONZALEZ, P. S. H. *Crescimento econômico e desigualdade social na Bahia*. Salvador: Conselho Regional de Economia – BA, 2013. Disponível em: <<http://www.corecon-ba.org.br>>. Acesso em: 20 mai 2018.

KLEIN, R. Como está a educação no Brasil? o que fazer? *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 51, p. 139–172, 2006.

MENEZES-FILHO, N. A. *A Evolução da Educação no Brasil e seu Impacto no Mercado de Trabalho*. Instituto Futuro Brasil, 2001. Disponível em: <<https://www.feis.unesp.br/Home/DSAA/DSAA/>>. Acesso em: 13 mai. 2018.

MERELLES, A. E. F.; SANTOS, J. P. C. A. dinâmica do setor de serviços na Bahia e seus impactos sobre os municípios e o mercado de trabalho entre os anos de 2006 e 2015. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 27, n. 2, p. 87–103, 2017.

MIGUEZ, T.; MORAES, T. Produtividade do trabalho e mudança estrutural: uma comparação com base no world input-output database (WIOD) 1995-1995. In:

- DE NEGRI, F.; CAVALCANTE, L. R. (Org.). *Produtividade no Brasil: desempenho e determinantes*. Brasília: ABDI:IPEA, 2014. v. 1, p. 15–52.
- PESSOTI, F. C. C. L.; PESSOTI, G. C. Tendências recentes e perspectivas para a economia baiana. In: ENCONTRO DE ECONOMIA BAIANA, 11., 2015, Salvador. *Anais...* [S.l.]: SEI, 2015.
- RIBEIRO, J.; BERG, J. Evolução recente do trabalho decente no Brasil: avanços e desafios. *Bahia Análise e Dados*, Salvador, v. 20, p. 173–194, 2010.
- RIGOTTO, M. E.; SOUZA, N. J. Evolução da educação no Brasil, 1970–2003. *Análise*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 351–375, 2005.
- SCHWARTZMAN, S.; COSSÍO, M. B. Juventude, educação e emprego no Brasil. *Cadernos Adenauer*, Rio de Janeiro, VII, n. 2, 2007.
- SILVA FILHO, L. A. S. F. J. F. Mercado de trabalho e rotatividade no setor industrial na Bahia: conjuntura e análise. In: ENCONTRO DE ECONOMIA BAIANA, 9., 2013, Salvador. *Anais...* [S.l.]: SEI, 2013.
- SILVA, L. A.; RIBEIRO, L. C. S. A dinâmica das disparidades regionais e do emprego formal no território baiano: uma análise do período 2004-2014. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 383–400, 2018.
- SOUZA FILHO, J. et al. Análise setorial da produtividade do fator trabalho na Bahia a partir dos anos 2000. *Revista Política e Planejamento Regional*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 324–342, 2019.
- SOUZA, P. H. G. F. *As causas imediatas do crescimento da renda, da redução da desigualdade e da queda da extrema pobreza na Bahia, no Nordeste e no Brasil entre 2003 e 2011*. Brasília: IPEA, 2013. 8 p. (Texto para discussão, n. 1816).
- WANDERLEY, L. A.; SANTOS, N. C. A.; PORTUGAL, W. B. Um estudo de dinamismos setoriais por mesorregiões do estado da Bahia, no intervalo entre 2006 e 2012, através do modelo shift-share analysis. *Nexus Econômicos*, Salvador, v. 8, n. 1, jan. 2014.